

O racismo no Brasil se caracteriza pela covardia. Ele não se assume e, por isso, não tem culpa nem autocrítica. Costumam descrevê-lo como sutil, mas isto é um equívoco. Ele não é nada sutil, pelo contrário, para quem não quer se iludir, ele fica escancarado ao olhar mais causal e superficial...

Abdias do Nascimento

Com a chegada dos primeiros europeus ao Brasil, teve início o maior tráfico de pessoas registrado em nossa história. Milhares de humanos (crianças ainda em fase de amamentação e de todas as idades, jovens, adultos, velhos, homens e mulheres) foram sequestrados de diferentes países da África com o objetivo de comercialização dos mesmos. Como se não bastasse serem subjugadas pelo poder bélico, cassaram sua identidade, cultura, religião, língua e o sentido fraterno da convivência social e familiar, pois, para enfraquecê-las, separavam-se casais, pais/mães e seus filhos, destruíam-se famílias, etnias, agrupamentos sociais.

Em 1888, por força da lei, houve a abolição do trabalho de escravizados no Brasil. Essa abolição não se deu de fato, pois até o direito à humanidade foi negado às muitas pessoas não brancas que construíram e continuaram a construir nosso país. Assim, como forte sistema ideológico de exclusão, cuja base se assenta na manutenção de privilégios históricos de pessoas brancas em detrimento de direitos básicos de pessoas não brancas, o racismo tem sido estruturante de toda a sociedade brasileira, seja pela Educação, História, Economia, Saúde, Trabalho.

Se falar de raça e de racismo ainda causa espanto, esses termos, no entanto, nada mais têm a ver com o sentido cunhado em um passado recente, por uma pseudociência. Como pode ser lido em diversas referências das Ciências Sociais, das Humanidades e dos Estudos Culturais, por uma resignificação histórica, o termo "raça" passou a ser entendido como uma construção cunhada no interior das relações políticas e sociais. Ainda que não seja usual, para melhor compreensão, citamos Hall¹ (p. 67):

"[Raça] É a categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e de exclusão – ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria. Tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Esse "efeito de naturalização" parece transformar a diferença racial em um "fato" fixo e científico, que não responde à mudança nem

¹ HALL, Stuart. Da diáspora: Identidades e mediações culturais. BH: UFMG, 2003.

à engenharia social reformista. Essa referência discursiva à natureza é algo que o racismo contra o negro compartilha com o anti-semitismo e com o sexismo (em que também “a biologia é o destino”), porém menos com a questão de classe. O problema é que o nível genético não é imediatamente visível. Daí que, nesse tipo de discurso, as diferenças genéticas (supostamente escondidas na estrutura dos genes) são “materializadas” e podem ser “lidas” nos significantes corporais visíveis e facilmente reconhecíveis, tais como a cor da pele, as características físicas do cabelo, as feições do rosto (por exemplo, o nariz aquilino do judeu), o tipo físico e etc., o que permite seu funcionamento enquanto mecanismo discursivo em situações cotidianas.”

Com o objetivo de contribuir para a construção de uma sociedade mais equânime, seja por intermédio da pesquisa e consequente produção de conhecimento, seja pela capacitação de professores e de profissionais das mais diversas áreas, desde 2007, o Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca tem promovido ações e pesquisas ligadas às relações étnico-raciais e ao combate ao racismo.

O que tem sido realizado no CEFET/RJ nesse campo do saber nos confere, pela qualidade das produções, uma posição de destaque entre as instituições de ensino e de pesquisa do Brasil. Ainda em 2007, ao criar e certificar nas bases do CNPq o grupo de pesquisa “Afro-brasileiros, Discurso, Estudos Literários e Culturais”, o CEFET/RJ lançou a pedra fundamental do que veio a ser um grande avanço, tanto no campo de capacitação de professores como no da produção de conhecimento.

No ano de 2008, foi criado, por portaria institucional, o Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do CEFET/RJ (NEAB CEFET/RJ). Para comemorar a criação do Núcleo, foi realizado, em 2008, o evento “O ano de 2008 e as relações étnico-raciais no Brasil”, que contou com 420 inscritos e 15 palestrantes, provenientes de diversas universidades do estado do Rio de Janeiro.

Em 2009, o NEAB CEFET/RJ criou o projeto de pós-graduação lato sensu “Relações Étnico-Raciais e Educação: Uma Proposta de (Re)Construção do Imaginário Social”. A grande busca a esse lato sensu por professores e por outros profissionais de diversas áreas, das mais diferentes regiões do Brasil, comprovou aquilo que as pesquisas têm apontado há algum tempo: há uma demanda reprimida por vários séculos, que vem se auto alimentando pelo desejo de discursos que se afastem da hegemonia eurocêntrica, estruturante de nossa sociedade, de suas ideologias e de seus currículos (explícitos e/ou ocultos).

A constatação dessa demanda reprimida nos desafiou a ir além: em 2010, o CEFET/RJ abrigou o I Seminário Internacional da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, que contou com nomes de pesquisadores internacionais de diversos países do mundo. Nesse mesmo ano, submetemos à CAPES o projeto para o Programa em Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais que, ao ser aprovado, tornou-se o primeiro programa de pós-graduação stricto sensu do Brasil exclusivamente voltado para uma política pública de Estado: a temática das relações Étnico-Raciais. A aprovação do Programa em Relações Étnico-Raciais (PPRER), por sua temática e, também, por partir de uma instituição de ensino tecnológico e profissionalizante, causou (e ainda causa) surpresa em muitas pessoas. No entanto, a grande busca pelo edital do programa e o número considerável de inscritos provenientes de diferentes estados do Brasil comprovaram que nós, do CEFET/RJ, procedemos acertadamente.

O ano de 2011, proclamado pela Assembleia Geral da ONU como o Ano Internacional dos Afrodescendentes, foi marcado com o início da primeira turma do Programa em Relações Étnico-Raciais do CEFET/RJ, composta por 18 alunos, provenientes do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia.

Em 2012, o Supremo Tribunal Federal julgou a constitucionalidade das cotas raciais e, em seguida, o Senado Federal aprovou o P.L. 180/2008 que decreta a reserva de, no mínimo, 50% das vagas das instituições federais de educação vinculadas ao MEC para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. Essas vagas serão preenchidas por estudantes negros, pardos e indígenas, na proporção mínima igual à de negros, pardos e indígenas na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último senso do IBGE. Essas ações, acontecimentos, datas, corroboram que vivemos uma revolução cognitiva no Brasil, pois privilégios históricos estão sendo questionados.

Conectada com as demandas políticas e sociais do Brasil, com os avanços do Programa em Relações Étnico-raciais do CEFET/RJ e com a discussão sobre relações étnico-raciais no Brasil, a Revista Tecnologia & Cultura lança este número temático, com o qual pretendemos propiciar informações e reflexões a respeito de assunto tão relevante para todos nós, cidadãos imersos numa sociedade em mudança.

Antes de concluirmos esta apresentação, cabe informar que entre os anos de 2007 e 2012 foram desenvolvidos três projetos ligados às questões étnico-raciais com alunos do ensino médio/técnico do CEFET/RJ, os três contemplados por editais PIBIT (há, neste ano, um em desenvolvimento). É importante, também, sabermos que existem hoje, distribuídos por todas as regiões do Brasil, cerca de 120 Núcleos de Estudos Afro-brasileiros e Núcleos de Afro-brasileiros e Indígenas. Todos esses Núcleos estão localizados em instituições públicas de ensino superior e quarenta e um deles foram formados em instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, um dos quais é o do CEFET/RJ.

Roberto Carlos da Silva Borges¹
Liana Biar²

¹Doutor em Letras. Docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Ensino Médio. Coordenador e professor da Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais. Unidade Maracanã - CEFET/RJ. E-mail: borgesrcs@gmail.com

²Doutora em Letras. Docente de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira do Ensino Médio e da Pós-Graduação Lato Sensu em Letramento(s) e Práticas Educacionais. Unidade Maracanã - CEFET/RJ. E-mail: lianabiar@gmail.com